

INTEGRIDADE CORPORATIVA E RETORNO FINANCEIRO: AS EMPRESAS QUE ADOTAM PRÁTICAS ANTICORRUPÇÃO SE DESTACAM?

Erik Kaiian Bohrer¹, Talyssa Amanda Roman², Lucas Antonio Vargas³

1. Discente do curso de graduação em Ciências Contábeis, Unoesc, Chapecó, SC
2. Discente do curso de graduação em Ciências Contábeis, Unoesc, Chapecó, SC
3. Docente do curso de graduação em Ciências Contábeis, Unoesc, Chapecó, SC

Autor correspondente: Talyssa Amanda Roman, talyssa.roman@unoesc.edu.br

Área: Ciências Sociais

Introdução: A contabilidade, concebida para fornecer informações fidedignas e úteis à tomada de decisões, é frequentemente comprometida por fraudes que distorcem a realidade patrimonial e afetam a credibilidade das organizações. Nesse cenário, práticas anticorrupção surgem como mecanismos essenciais para reforçar a transparência e prevenir ilícitos, abrangendo códigos de conduta, due diligence, auditorias independentes e canais de denúncia. O estudo parte da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 8.420/2015, que estabeleceram a obrigatoriedade de programas de integridade no Brasil, alinhando-se a iniciativas internacionais como a Convenção da ONU contra a Corrupção. Além do arcabouço legal, iniciativas como o Programa Empresa Pró-Ética e o Pacto Global reforçam a criação de uma cultura ética nas organizações, estimulando boas práticas que transcendem o mero cumprimento normativo. A literatura ressalta os desafios enfrentados pelas empresas, em especial as de menor porte, devido ao custo elevado de tecnologias de compliance e limitações institucionais. A relação entre integridade corporativa e desempenho financeiro é abordada por meio de indicadores como ROA, ROE e Q de Tobin. Pesquisas anteriores demonstraram que empresas que investem em compliance e governança tendem a obter maior valorização de mercado, redução do custo de capital e fortalecimento da confiança dos investidores. Por outro lado, escândalos como Enron, Petrobras e Americanas evidenciam os impactos devastadores da ausência de controles internos, revelando perdas bilionárias, sanções legais e danos irreparáveis à reputação.

Objetivo: Analisar a relação entre práticas anticorrupção e o desempenho econômico-financeiro de empresas brasileiras listadas na B3, destacando a relevância da integridade corporativa para a sustentabilidade e confiança do mercado. **Método:** A pesquisa é descritiva, documental e quantitativa. Foram analisados relatórios oficiais e documentos institucionais das empresas que compõem o índice Ibovespa, com exceção das instituições financeiras, para evitar vieses decorrentes de sua estrutura regulatória distinta. Criou-se um Índice de Divulgação Anticorrupção, baseado em 13 critérios inspirados em modelos internacionais, diretrizes da Lei Anticorrupção e padrões de relatórios de sustentabilidade. **Resultados:** Espera-se que os resultados indiquem uma associação positiva entre a adoção de políticas anticorrupção e o desempenho econômico-financeiro das organizações analisadas. **Conclusão:** Conclui-se até o presente momento, que a ética corporativa transcende a esfera do mero cumprimento normativo, configurando-se como um elemento estratégico capaz de promover vantagem competitiva sustentável. A implementação de mecanismos de integridade tende a refletir-se em fortalecimento das práticas de governança e consolidação da legitimidade institucional no mercado, contribuindo, para a construção de um ambiente de negócios mais transparente e confiável.

Palavras-chave: anticorrupcao; etica; desempenho-financeiro.